REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025.

(Da Sra. Caroline De Toni e outros)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda sobre documentos relativos à Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações e documentos relativos à **Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025**, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País:

- 1. Cópia integral dos **estudos técnicos**, **notas técnicas e pareceres jurídicos** que fundamentaram a edição da MP;
- Cópia do processo administrativo interno que instruiu a medida, incluindo todos os documentos, anexos, manifestações e cronograma de tramitação;
- Informação sobre a realização da Avaliação de Impacto Regulatório (AIR), conforme Decreto nº 10.411/2020 — com cópia do relatório, se existente;
- Informações sobre o impacto fiscal estimado, com planilhas ou relatórios internos utilizados no cálculo das receitas previstas (R\$ 10,5 bi em 2025 e R\$ 20,6 bi em 2026)¹;



¹ https://www.camara.leg.br/noticias/1169245-medida-provisoriacompensa-recuo-na-cobranca-do-imposto-sobre-operacoes-financeiras

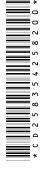
JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 1.303/2025, publicada em 11 de junho de 2025, realiza extensa reforma na tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais, incluindo criptoativos e títulos como LCI/LCA, além de alterações em CSLL e regras sobre compensações tributárias.

Dada sua finalidade fiscal (compensar o recuo no aumento do IOF) e seus significativos efeitos sobre investidores, instituições financeiras e fintechs, é imprescindível que o Poder Legislativo tenha acesso transparente às bases técnicas, jurídicas e processuais que embasaram sua elaboração. O acesso aos documentos e informações solicitados é fundamental para que o Parlamento exerça o controle e a supervisão constitucional previstos no art. 50 da CF, garantindo responsabilidade fiscal, legalidade e legitimidade no uso do instrumento da Medida Provisória.

Sala das Sessões, em ____/____.

Deputada Caroline De Toni
PL/SC





Requerimento de Informação

Deputado(s)

- 1 Dep. Caroline de Toni (PL/SC)
- 2 Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)
- 3 Dep. Chris Tonietto (PL/RJ)

